

VIOÊNCIA DOMÉSTICA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ

Mariana Vilela Abrantes¹, Maria Júlia Ferreira Xavier Ribeiro²

Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional

¹ Av. John Kennedy 998, maabrantes@gmail.com

² mariajulixavier@uol.com.br

Resumo - O objetivo dessa pesquisa foi identificar se a incidência de violência doméstica é maior em regiões mais vulneráveis às condições de vida no município de Taubaté, no ano de 2007. Realizou-se uma pesquisa documental, exploratória, de abordagem quantitativa. O levantamento dos dados estatísticos ocorreu a partir dos boletins de ocorrência de violência doméstica da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, a qual possui além dos registros das ocorrências de violência geral contra a mulher, os registros de toda e qualquer violência no âmbito doméstico do município de Taubaté. Os resultados apontaram as regiões de maior vulnerabilidade social com a maior incidência de violência doméstica do município. Conclui-se que as regiões mais vulneráveis às condições de pobreza e exclusão social são também as com maior incidência de violência doméstica e, portanto, as que necessitam de maiores estratégias de prevenção e políticas públicas que visem desenvolvimento regional sustentável do município.

Palavras-Chave: Violência, Violência Doméstica, Vulnerabilidade Social, Desenvolvimento Regional.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

O relatório World Report on Violence Against Children (PINHEIRO, 2007) enfatiza que nenhum país do mundo está imune à violência contra crianças, nem os ricos nem os pobres, apesar de afirmar que algumas crianças estão particularmente mais vulneráveis à violência em função de gênero, raça, etnia ou status social.

A mensagem central do relatório é que a violência contra crianças e adolescentes não pode ser justificável, não é inerente nem ao homem e nem às sociedades e pode e deve ser prevenida. Muitas crianças no mundo são expostas diariamente a extremas formas de violência física, sexual e psicológica e isso gera graves problemas para a saúde e o desenvolvimento infantil.

Nos Estados Unidos são registrados anualmente mais de um milhão e meio de casos de maus-tratos com crianças e adolescentes, com mil óbitos anuais. Na França, morrem 400 crianças por ano vítimas dos próprios pais. No Brasil, faltam pesquisas nacionais especializadas para esses levantamentos estatísticos, mas pesquisas em alguns estados brasileiros por órgãos do governo e organizações não-governamentais como o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na

Infância (CRAMI-SP) e a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à infância e adolescência (ABRAPIA-RJ) vêm contribuindo para sinalizar o problema da violência doméstica no Brasil (ABRAPIA, 2002).

O crescimento da violência urbana tem sido uma tendência mundial desde a década de 1950, inicialmente no Estados Unidos e em seguida na Inglaterra. De acordo com Adorno (2002), há quatro tendências na sociedade brasileira nas últimas duas décadas: o crescimento da delinquência, em especial crimes contra o patrimônio e contra a pessoa; a emergência da criminalidade organizada; as graves violações de direitos humanos que comprometem a sociedade democrática; a explosão de conflitos nas relações interpessoais. Nesse contexto, o autor destaca a emergência da delinquência juvenil e a violência contra crianças e adolescentes no debate público.

A conjuntura sócio-econômica brasileira de desigualdades sociais e regionais tem seus efeitos mais perversos quando está em foco o elo mais frágil da sociedade, ou seja, crianças e adolescentes (PINHEIRO; ADORNO, 1992).

A disseminação da violência doméstica, aquela praticada no âmbito familiar, atinge direta e/ou indiretamente crianças e adolescentes e gera a reprodução da violência urbana e social,

prejudicando assim o desenvolvimento regional sustentável.

Tendo em vista a complexidade do fenômeno da violência doméstica e as dificuldades de se manter estatísticas sobre os casos notificados, como ressaltam os autores Minayo (1994), Minayo e Souza (1999) e Azevedo (2007), fazem-se necessários estudos sistemáticos sobre a incidência, bem como sobre o fenômeno da violência de uma forma geral.

No município de Taubaté não há o levantamento prévio de violência doméstica e assim, o objetivo desse estudo é identificar a incidência de violência doméstica, no município de Taubaté no ano de 2007, e verificar se a incidência é maior em regiões mais vulneráveis às condições de vida.

Material e Métodos

Foi realizada uma pesquisa documental, exploratória, de abordagem quantitativa. O levantamento de dados da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher foi o procedimento para a coleta de dados.

Os casos alvo do estudo foram os boletins de ocorrência de violência da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, à qual compete, além dos registros das ocorrências de violência geral contra a mulher, os registros de toda e qualquer violência no âmbito doméstico do município de Taubaté.

Foram examinados todos os Boletins de Ocorrência (referidos deste trecho em diante como BO ou BOs, conforme sejam um específico ou mais de um) lavrados na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher no ano de 2007, um total de 3.811, organizados por ordem de data da ocorrência. Iniciou-se o levantamento pelo mês de janeiro de 2007, do BO mais antigo para o mais atual, separando manualmente os identificados pela própria Delegacia como os de ocorrência de violência doméstica, um total de 1.621. Foi anotado de cada BO identificado o número do boletim de ocorrência e a região do município a qual se referia.

Foi utilizada a classificação proposta por Prado e Vieira (2007), que divide o município de Taubaté em cinco regiões (A, B, C, D, E) por analogia de características físicas, sociais e econômicas. O agrupamento das regiões subdivide-se da região com menor vulnerabilidade (A) à região com maior vulnerabilidade social (E).

A incidência de violência doméstica por região (IPR) foi calculada a partir do número de BOs por região dividido pela população de cada região do município. A incidência de violência doméstica por região em relação à população total do município (IPP) foi calculada a partir do número de BOs por região dividido pelo número total de população da cidade de Taubaté.

Resultados

A incidência de violência doméstica por região (IPR) e em relação à população total (IPP) do município de Taubaté em 2007 é mostrada à Tabela 1. A Tabela 1 também apresenta a população do município e sua distribuição por região, bem como as ocorrências registradas por região.

Tabela 1 – Regiões do município de Taubaté e Incidência de Violência Doméstica (2007)

Região	População	%	Ocorrência	%	IPR (%)	IPP (%)
A	11.723	4,6	38	2,34	0,32	0,01
B	62.437	24,5	285	17,58	0,45	0,11
C	31.856	12,5	68	4,19	0,21	0,02
D	123.344	48,4	953	58,79	0,77	0,37
E	25.484	10	248	15,30	0,97	0,09
Total	254.844	100	1621	100	-	0,6

A incidência de violência doméstica no município de Taubaté chegou a 0,6%; as regiões E e D possuem a maior incidência de violência doméstica por região do município; a região D, além de ter a segunda maior incidência por região (0,77%) possui a maior incidência em relação à população total do município (0,37%); a região B possui a segunda maior incidência em relação à população do município (0,11%), no entanto em relação ao número de ocorrências por região cai para terceiro e fica atrás da região E (0,97%) e D (0,77%).

Discussão

No município de Taubaté, as regiões mais vulneráveis (D e E) no que diz respeito às características físicas, sociais e econômicas do perfil da população também são as regiões com maior incidência de violência doméstica. Essa constatação acompanha o que a literatura tem apontado para outras regiões e países: populações mais vulneráveis às condições de pobreza e exclusão social estão mais vulneráveis também ao fenômeno da violência (PINHEIRO; ADORNO, 1992, GAWRYSZEWSKI; KOIZUMI; MELLO JORGE, 2000, CARDIA; SCHIFFER, 2002, ADORNO, 2002, ABRAMOVAY et al, 2002, WAISELFISZ, 2006, ZALUAR, 2006).

Observa-se, entretanto, que o fenômeno da violência doméstica ocorre em todas as regiões do

município de Taubaté (inclusive nas mais favorecidas). Portanto, se a maior vulnerabilidade social é acompanhada pelo aumento do número de casos, a baixa vulnerabilidade não os elimina, sugerindo a existência de outros fatores de proteção/vulnerabilidade à criança e ao adolescente no ambiente doméstico. A simples melhora das condições de vulnerabilidade social da população não assegura a proteção das crianças e adolescentes, mas pelo menos assegura a possibilidade de menor número de ocorrências de violência.

Apesar de se supor que omissões e subnotificações (AZEVEDO, 2002) possam ocorrer também no caso estudado e, portanto, que a incidência encontrada não mostre a realidade da violência doméstica do município de Taubaté, os números constatados já caracterizam um problema para o desenvolvimento regional sustentável do município.

Além dos danos ao desenvolvimento físico e psicológico das vítimas, há conseqüências para a sociedade, que incluem os custos diretos de assistência médica e de outros cuidados à vítima e os custos indiretos derivados das perdas de produtividade na vida futura. Há a necessidade, como destacou o relatório World Report on Violence Against Children (PINHEIRO, 2007), de uma intervenção multissetorial contra o fenômeno da violência doméstica, com envolvimento dos órgãos de direitos humanos, da saúde pública e dos órgãos de proteção à criança, bem como de toda a sociedade civil.

Segundo Ananias (2008), o desenvolvimento integral envolve estratégias que articulem as demandas regionais e de cada segmento da população, abrangendo diversas dimensões econômica, social, cultural, ambiental.

Conclusão

Apesar do fenômeno da violência doméstica ocorrer em todas as regiões do município, as regiões mais vulneráveis às condições de pobreza e exclusão social são as com maior incidência de violência doméstica e, portanto, as que devem ser priorizadas nas ações de prevenção e políticas públicas.

Conclui-se que a incidência de violência doméstica no município de Taubaté, no ano de 2007, é um problema que deve ser melhor investigado para estratégias de prevenção e desenvolvimento regional sustentável.

Referências

- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2007.

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias** (Porto Alegre), ano 4, n. 8, p. 84-135, jul/dez 2002.

- ANANIAS, P. Pilar para o desenvolvimento. **Desafios do desenvolvimento** (São Paulo), ed. 40, p. 59, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-pilar-para-o-desenvolvimento-patrus-ananias>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFSSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso Sexual: Mitos e Realidades**. Petrópolis: Autores, Agentes e Associados, 2002.

- AZEVEDO, M. A. Contribuições Brasileiras à Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (Org.) **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 125-135.

- AZEVEDO, M. A. **Pesquisa qualitativa e violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA)**: Por que, como e para que investigar testemunhos de sobreviventes. Abr. 2004. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/VDCA.doc>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

- AZEVEDO, M. A. Pesquisando a violência doméstica contra a criança e o adolescente: a ponta do iceberg. 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. 211 p.

- CARDIA, N. G.; SCHIFFER, S. Violência e Desigualdade Social. **Ciência e Cultura** (São Paulo), p. 25-31, 2002.

- MINAYO, M.C.S. A violência social sob a perspectiva de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v.10, n.1, p. 7-18, 1994.

- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva** (Rio de Janeiro), v.4, n.1, p. 7-23, 1999.

- PINHEIRO, P. S. **World Report on Violence against Children**. Geneva: United Nations, 2007.

- PINHEIRO, P. S.; ADORNO, S. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito. São Paulo: Núcleo de Estudos de Violência – NEV/USP, 1992.

- PRADO, A.L.M.; VIEIRA, E.T. **A desigualdade e a distribuição da renda na cidade de Taubaté**. Núcleo de Pesquisas Econômico-Sociais (NUPES), Universidade de Taubaté, 2007.